

## HISTÓRIA OU HISTÓRIA: O CASO LAURENTINO GOMES

Mariana Duarte<sup>45</sup>

**Resumo:** O presente ensaio foi redigido a partir da análise de temas como a história da leitura no Brasil, a circulação de livros, a formação de público, a educação no país e a formação de escritores. Escolhi, então, discorrer acerca do acentuado sucesso do jornalista Laurentino Gomes, como escritor, produzindo livros sobre a História do país. Como historiadora, acredito na importância de compreender e de analisar quais são os aspectos e os pontos cruciais dos livros *1808* (2007), *1822* (2010) e *1889* (2013), que resultaram em uma grande vendagem de exemplares e transformaram o jornalista em um escritor detentor de uma chamada “receita de *best-seller*”, e com isso fazendo com que sejam necessários maiores questionamentos sobre como fazer e aprender História.

**Palavras-chave:** Sociologia da Leitura; Laurentino Gomes; História do Brasil.

**Abstract:** This essay talks about topics of the History of reading in Brazil, the circulation of books, the public formation, the education in the country and the formation of writers. I chose to argue about the sharp success of the journalist Laurentino Gomes as a writer, producing books about the History of the country. I believe in the importance of understanding and analyzing the aspects and the crucial points of the books *1808* (2007), *1822* (2010), and *1889* (2013), which resulted in a best-selling copies, and turned the journalist in a holder of a writer called "bestselling recipe", and thus making them needing further questions about how to do and learn history.

**Keywords:** Reading Sociology, Laurentino Gomes, History of Brazil.

[...] cada livro de História representa um fragmento do passado.  
Dessa representação surgem todas as proposições  
metodológicas ou teóricas que se podem identificar.  
Parece-me que podemos voltar sempre  
a esta definição da cientificidade da História<sup>46</sup>. (CHARTIER, 2001)

O presente ensaio tem como objetivo principal discorrer acerca das obras *best-sellers* publicadas pelo jornalista paranaense Laurentino Gomes, desde o ano de 2007. As publicações, classificadas como não ficcionais, tratam de eventos importantes da História do Brasil. São elas: *1808*: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil (2007), que terá mais destaque na análise deste ensaio por ser o ponto de partida do autor; *1822*: como um homem sábio, uma princesa triste

---

<sup>45</sup> Licenciada em História (UCS), Mestra em Letras, Cultura e Regionalidade (UCS) e doutoranda em Letras - Bolsista Capes (UCS/UniRitter).

<sup>46</sup> A História que aqui destaco: redigida com letra maiúscula, é uma ciência humana que estuda o desenvolvimento e as ações do homem no tempo e no espaço. Para realizar a produção historiográfica, os historiadores utilizam-se de fontes como escritos, gravações, documentos, entrevistas orais (História oral) e arqueológicos.

e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado (2010) e *1889: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil* (2013), este último, há pouco lançado, será menos referido nesta proposta de estudo, mas, por seguir a mesma linha das publicações anteriores, é importante citá-lo.

As obras tratam respectivamente de temas fundantes para a História brasileira: a vinda da família real portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, a independência do país e a transição do sistema monárquico para o sistema republicano. Todos estes fatos históricos estão disponíveis para consultas em livros científicos, embasados em documentos. Estes fatos também são ensinados nas escolas por professores licenciados, geralmente em História, auxiliados por livros didáticos que referenciam obras de grandes autores. Deste ponto de vista, surge a classificação para as obras Gomes: literatura não ficcional.

A literatura não ficcional caracteriza-se por abordar temas concretos, ou seja, são temas biográficos, noticiários, documentários, literatura técnica, textos científicos e também históricos. Acredita-se que o autor de uma obra de não ficção deve partir de um fato real e que este deve ser representado de “forma fiel”, mas sabemos que nem a historiografia está livre da questão da fidelidade e da imparcialidade. O jornalista Laurentino Gomes trata, em suas obras, de fatos reais e concretos, mas a classificação de não ficção incomoda a mim e a outros historiadores.

Atualmente, a Sociologia da Leitura debate as diferentes pesquisas de opinião realizadas para desvendar o que o público está lendo. A publicação *1808*, obra de estreia de Gomes, junto ao livro *1822*, chegou a atingir 1,2 milhões de exemplares vendidos<sup>47</sup>. Segundo o autor, sua intenção inicial era vender cerca de 20 mil cópias de seu primeiro livro, e, diz ainda não compreender muito bem como conquistou uma vendagem tão alta. Além disso, o jornalista ganhou o Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, em duas categorias: Melhor Livro-reportagem e Livro do Ano de Não Ficção, por *1808*. Este mesmo livro também foi eleito o Melhor Ensaio de 2008 pela Academia Brasileira de Letras e

---

<sup>47</sup> Fonte: Vender um milhão de livros é ‘razoável’, diz autor de ‘1808’ e ‘1822’. Matéria publicada em 09/09/2011. <http://g1.globo.com/bienal-do-livro/rio/2011/noticia/2011/09/vender-um-milhao-de-livros-e-razoavel-diz-autor-de-1808-e-1822.html>. Acesso em 24/01/2014.

permaneceu durante três anos seguidos na lista dos livros mais vendidos do Brasil e também de Portugal.

Mas como explicar o alto índice de vendas? Como um grande número de leitores brasileiros, e também leitores estrangeiros como os portugueses, passou a se interessar repentinamente pelo tema da História do Brasil, matéria considerada desgastante e algumas vezes monótona, em especial pelos alunos da educação básica?

O autor destas obras, José Laurentino Gomes, nasceu em Maringá-PR, é formado em jornalismo pela Universidade Federal do Paraná, com pós-graduação em Administração pela Universidade de São Paulo. Trabalhou como repórter e editor para o jornal *O Estado de São Paulo* e para a revista *Veja*, e foi diretor da Editora Abril. É membro titular da academia paranaense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Tendo em vista a formação acadêmica e a trajetória de Gomes, verificamos que sua formação não é de historiador e está em sua maior parte voltada para o jornalismo, profissão que exerce há mais de trinta anos. Não há dúvidas de que o autor possui domínio da escrita e que ele tenta justificar através de um grande número de notas explicativas quais são suas fontes históricas, porém, grande parte do incômodo proveniente dos historiadores se dá em razão de sua graduação em Jornalismo, o que tecnicamente o manteve distante de estudos como Teoria da História e Historiografia. Ambas as áreas, Jornalismo e História, possuem aproximações e distanciamentos, uma delas é quanto ao uso de fontes, enquanto o historiador tem a obrigação de revelá-las, o jornalista pode suprimi-las. Pode-se ponderar também a questão da linguagem, o primeiro usualmente escreve para pesquisadores e colegas de profissão e o jornalista deve produzir uma redação de fácil assimilação para o público de forma geral.

Geralmente, os bacharéis e os licenciados em História trazem consigo um grande pré-conceito sobre jornalistas ou profissionais de outras áreas escrevendo um livro de História. Por esse motivo, durante uma das aulas de Sociologia da Literatura, ao ver por meio de pesquisas expostas pelos colegas, mais de uma vez o nome de Gomes como autor mais lido ou lembrado pelos leitores, eu recordei de uma entrevista sua ao programa *Entrevista Coletiva*, da Rede Bandeirantes de Televisão, em novembro de 2013, próximo ao lançamento da obra *1889*. Na ocasião, em determinado momento do programa, Gomes

comentava sobre o quão atrativo pode ser uma leitura que proporciona detalhes pessoais e cotidianos que não estão nos livros oficiais de História: “em um baile, o Imperador Dom Pedro II, ao adentrar no salão de festas, tropeçou e ironicamente disse: ‘A monarquia tropeça, mas não cai!’”. Na semana seguinte, era proclamada a República.”. O ocorrido soa bastante interessante e até irônico, mas ao ser questionado pelo entrevistador como o autor sabia ou como poderia comprovar essa informação, um ar constrangedor tomou conta do estúdio de gravação.

Em 1808, Laurentino Gomes busca justificar, através de notas, os eventos relatados no livro. Estas notas estão dispostas no final da obra separadas por capítulos, e os eventos relatados seguem o mesmo gênero do episódio do tropeço do Imperador comentado em entrevista. Já em 1822, estas notas encontram-se ao final de cada capítulo. Nelas, aparecem nomes, títulos de livros, apontamentos de cartas, enfim, pessoas e também obras e documentações onde estariam citadas “cenas dos bastidores” da História do Brasil. Destaco algumas referências de autores importantes como, do historiador brasileiro Nelson Werneck Sodré e do historiador norte-americano Thomas E. Skidmore, conhecido brasilianista, mas também encontramos nas notas diversos nomes desconhecidos dos estudiosos de História.

Logo nas primeiras páginas de 1808, Gomes comunica que o livro é o resultado de dez anos de investigação jornalística. Em 1822, creditado como sequência de 1808, o escritor informa que o livro foi escrito no período entre novembro de 2009 e junho de 2010, ou seja, apenas sete meses, o que é uma grande diferença no espaço de tempo de produção de sua primeira obra. Ainda no início de 1822, Gomes agradece ao “diplomata, ensaísta, historiador, poeta e acadêmico” Alberto da Costa e Silva, por haver sido um interlocutor atento, e que, conhecedor da História brasileira, revisou cada capítulo escrito pelo jornalista, fazendo críticas e observações que o fizeram corrigir enfoques, informações e até nomes e datas, o que teria contribuído para a boa finalização da obra. Alberto da Costa e Silva, citado por Gomes, é um importante pesquisador da História da África, portanto, cremos que seus trabalhos junto à consulta de documentos, arquivos e historiadores chamados “clássicos” não configurariam um problema na bibliografia consultada pelo jornalista, mas, sim, o fato de o mesmo não ser um “historiador de carteirinha”, já que é no ambiente acadêmico que refletimos sobre o fazer do

historiador e sobre a História enquanto ciência – carente de provas sociais e culturais para ser conferida.

Mesmo tendo um revisor de renome em sua segunda publicação, acho importante ressaltar a grande diferença no tempo de produção das duas obras. Por ser uma sequência, sem dúvida o livro *1822* já possuía grande parte de sua ideia e de suas fontes de pesquisa coletadas. Contudo, ao buscar mais informações sobre Laurentino Gomes, é possível verificar na mesma entrevista ao jornal online G1, referida anteriormente neste ensaio, a divulgação de uma palestra ministrada pelo jornalista em setembro de 2011 com o tema “Receita do *best-seller*”. Talvez, por já ser detentor dessa receita, sua segunda obra teve um tempo de produção bem mais curto, prontamente confiante em seu sucesso. Dentre os ingredientes para a determinada receita está, nas palavras do próprio Gomes, boa fórmula de capa e título, para atrair o leitor, algo que até hoje é pouco explorado pelo mercado editorial brasileiro.

É de se concordar com Gomes. A fórmula apresentada pelo jornalista deve ser analisada e valorizada, refletindo junto a isso sobre o que escreveu o escritor argentino Alberto Manguel, em *Uma história da leitura* (2002):

Minhas mãos, escolhendo um livro que quero levar para a cama ou para a mesa de leitura, para o trem ou para dar de presente, examina a forma tanto quanto o conteúdo. [...] Os livros declaram-se por meio de seus títulos, seus autores, seus lugares num catálogo ou numa estante, pelas ilustrações em suas capas; declaram-se também pelo tamanho. Em diferentes momentos e em diferentes lugares, acontece de eu esperar que certos livros tenham determinada aparência, e, como ocorre com todas as formas, esses traços cambiantes fixam uma qualidade precisa para a definição do livro. Julgo um livro por sua capa; julgo um livro por sua forma (MANGUEL, 2002, p. 149).

Aprofundando essa análise, inicio, então, a reflexão acerca do título das obras. Após as datas, – 1808, 1822 e 1889 – que podem ser reconhecidas por quem possui um breve conhecimento da História de nosso país, encontram-se uma série de adjetivos atribuídos aos nobres da corte e aos envolvidos nos processos de transição política do país. Louca, medroso, corruptos, sábio, triste, cansado, vaidoso e injustiçado, essas são as atribuições dadas a diferentes pessoas que tiveram papéis importantes nos fatos históricos relatados. Essas qualidades e esses defeitos impostos a diversas pessoas irão se repetir nas páginas dos livros, todavia, ao serem colocados nos títulos, tornam-se um

grande atrativo ao leitor alvo. Afinal, parece-me uma forma de consolo conferir a uma rainha o título de louca, a um príncipe o defeito de medroso e a qualquer membro detentor de poder a condição de corrupto, algo muito semelhante ao que fazemos no dia a dia, ao julgar dirigentes e políticos ou qualquer pessoa a um cargo superior aos nossos.

Para a filósofa Marilena Chauí, a criação do Brasil é apartada por mitos fundadores, não apenas no sentido etimológico, mas no sentido antropológico, buscando soluções imaginárias para as tensões, os conflitos e as contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade vivenciada (2000, p. 9). Na obra *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* (2000), é possível verificar de onde pode vir essa atribuição de qualidades e defeitos à população de diferentes classes:

Essa representação permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação do povo brasileiro, e, em outros momentos, conceber a divisão social e a divisão política sob a forma dos amigos da nação e dos inimigos a combater, combate que engendrará ou conservará a unidade, a identidade e a indivisibilidade nacionais. Eis porque pesquisas de opinião indicam que uma parte da população atribui os males do país à colonização portuguesa, à presença de negros e asiáticos e, evidentemente, aos maus governos, traidores do povo e da pátria. Nada impede, porém, que em outras ocasiões o inimigo seja o “gringo” explorador ou alguma potência econômica estrangeira. A representação é suficientemente forte e fluida para receber essas alterações que não tocam em seu fundo.

[...]

A força persuasiva dessa representação transparece quando a vemos em ação, isto é, quando resolve imaginariamente uma tensão real e produz uma contradição que passa despercebida. É assim, por exemplo, que alguém pode afirmar que os índios são ignorantes, os negros são indolentes, os nordestinos são atrasados, os portugueses são burros, as mulheres são naturalmente inferiores, mas simultaneamente, declarar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo sem preconceitos e uma nação nascida da mistura de raças. (CHAUI, 2000, p. 7 – 8)

A atribuição de adjetivos aos personagens da trama virá a se repetir diversas vezes ao longo das páginas. Por exemplo, sem fazer referência à origem dessas informações em notas, Gomes (2007) declara, em 1808: “Príncipe regente e, depois de 1816, rei do Brasil e de Portugal, D. João tinha medo de siris, caranguejos e trovoadas.” (p. 167) e em 1822:

A intelectual e virtuosa Leopoldina era, porém, rechonchuda e desleixada com as roupas e o corpo. Preferia colecionar rochas, borboletas, plantas e animais silvestres a participar das festas e noitadas que tanto fascinavam o marido. (GOMES, 2010, p. 127)

Chama a atenção os reforços na característica de medroso de D. João, assim como a observação feita a respeito da aparência física de Leopoldina, pois acredito que não sejam informações relevantes para a formação social, política ou econômica do país. Essas são nada mais que informações alegóricas. Acrescento aqui os apontamentos feitos pelo sociólogo Emir Sader, em um sucinto artigo que trata sobre a banalização da História feita por esses tipos de publicação. Sader compara as obras de Laurentino Gomes às telenovelas brasileiras:

Relatam, mas não explicam nada. Nenhum desses episódios permite entender o que foi o colonialismo no Brasil, como a exploração do país se apoiou em trabalho escravo. Os dois pilares indispensáveis para entender a história do Brasil, segundo o seu maior historiador, Caio Prado Jr., estão ausentes: o colonialismo e a escravidão que nos fundaram como país e se tornaram elementos indispensáveis para compreender o país, estão ausentes. Os personagens parecem representar a si mesmos e não a interesses históricos que os transcendem. (SADER, 2014)

Assim observando, a história de Gomes tem um ponto em comum com a História relatada pela chamada História Oficial: ambas sempre darão ênfase aos grandes nomes, uma vez chamados de “heróis” pelos livros didáticos clássicos. Os livros do jornalista, durante todo seu enredo, mantêm o foco nos personagens, em sua maioria da corte. Os escravos e os trabalhadores livres do Brasil Colonial e após do Brasil Império são deixados, mais uma vez, em segundo plano. Não é possível dizer que Laurentino Gomes está fazendo Nova História ou Micro História, teorias bastante atuais e bem recebidas pelos intelectuais. No caso da Micro História, teoria apresentada pela primeira vez na Itália, nos anos 1980, a partir de publicações de Carl Ginzbourg, a produção do material histórico é realizada dentro dos princípios da etnografia e trazendo para a superfície também o protagonismo dos que estão as margens da sociedade.

Os personagens nobres que são o foco principal, como dito no parágrafo anterior, aparecem romanceados, em vista do número de características, inclusive físicas, atribuídas a eles. Esse caso pode ser remetido às telenovelas de grande audiência, onde figuras caricatas e polêmicas podem vir a ser mais interessantes que o roteiro e a história em questão. Certa vez – em uma palestra proferida na universidade – um professor historiador, ao falar sobre as dificuldades de lecionar História no ensino básico, articulou que os estudantes empolgavam-se mais em ouvir do professor de História que “a fuga da família real para o Brasil deu-se tão às pressas que Carlota Joaquina esqueceu todas as suas perucas”, do que saber os

principais motivos que resultaram na viagem e se podemos mesmo caracterizá-la como uma “fuga”, e também quais impactos tal ação gerou na colônia portuguesa. O próprio autor de *1808* (2007) escreve que os historiadores nunca chegaram a um consenso sobre se realmente houve uma fuga ou não. (p. 21). A primeira consideração sobre as perucas é digna de arrancar gargalhadas; logo, a segunda é monótona e soa desinteressante. Talvez aqui esteja mais uma das fórmulas chave utilizadas por Gomes. Apesar disso tudo, analisamos também algo que possa estar subentendido para alguns leitores mais desatentos: a questão das perucas, o medo dos siris, entre outros detalhes aparentemente bizarros escamoteiam na verdade a situação delicada em que Portugal se encontrava, devendo à França e à Inglaterra e ao Imperialismo Inglês.

Na entrevista concedida em 2011 para o portal de informações G1, sobre a palestra para a receita do *best-seller* de Gomes, o escritor trouxe ainda mais “ingredientes”:

É essencial ter linguagem acessível e fácil de entender. [...] É preciso dominar a língua, ter uma história significativa para contar e saber contá-la de forma acessível. Tem muito autor que não se preocupa com isso e escreve sem pensar no leitor. Para tentar se tornar um *best-seller*, o pretendente a escritor precisa pensar no leitor o tempo todo. (GOMES, 2011)

A respeito da linguagem, que deve ser acessível e de fácil compreensão, vejo que é relevante pensar sobre a História da Leitura no país. Formamos um país de poucos leitores desde o início de nossa trajetória. A leitura era para poucos: aos portugueses que aqui chegaram, aos senhores e aos seus filhos, as pessoas ligadas à administração da Colônia, aos jesuítas e ao clero. Aos escravos e aos empregados de nobres, o direito à leitura não era outorgado, assim como não tinham direito à moradia, à alimentação, à saúde. Mais razões para a leitura ser apenas um bem supérfluo. Além disso, segundo o historiador Antônio Pedro (1997), o privilégio da leitura e da escrita era de alguns e o material escrito se resumia a textos autobiografados, relatos de viajantes, textos escritos manualmente (como as cartas) e documentos feitos em cartório: certidão de casamentos, nascimentos e títulos de propriedade. Sendo assim, havia pouco material de leitura e escrita e era destinado aos que gozavam de excelente posição social.

Com o passar do tempo, poucas coisas se alteraram. Podemos dizer que passamos da cultura oral para a cultura visual, como, em algumas pesquisas, a opção feita pelas pessoas em seus momentos de lazer: assistir televisão. Com a

falta da prática de leitura dos Brasileiros, cerca de quatro livros *per capita* por ano, sendo que apenas dois até o fim<sup>48</sup>, justificam-se a busca por leituras acessíveis e fáceis de entender. Visto isso, é de se supor que Laurentino redige justamente para este público. Nas palavras do jornalista, na introdução de *1808*:

[Um dos objetivos do livro é] tornar esse pedaço da história brasileira mais acessível para leitores que se interessam pelos acontecimentos do passado, mas não estão habituados nem dispostos a decifrar a rebuscada linguagem acadêmica que permeia toda a bibliográfica sobre 1808 e seus desdobramentos. (GOMES, 2007, p. 21)

Sobre a relação do autor com o leitor, Antonio Candido, em *Literatura e Sociedade* (2000), exprime muito bem que a trajetória de um escritor depende em grande parte de seu público. Candido escreve que o escritor é um indivíduo que desempenha um papel social, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores e auditores. A matéria e a forma da sua obra dependerão em parte da tensão entre os gostos e a consonância do meio, caracterizando um diálogo entre criador e público. A literatura é um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A posição do escritor depende do conceito social que os grupos elaboram em relação a ele. Esse fator exprime o reconhecimento coletivo da sua atividade, que desse modo se justifica socialmente. Se a obra é mediadora entre o autor e o público, este é mediador entre o autor e a obra, na medida em que o autor só adquire plena consciência da obra quando ela lhe é mostrada através da relação de terceiros. Por isso, todo o escritor depende do público. (p. 74 - 76)

A recepção das obras que tratam da História do Brasil, redigidas por Laurentino Gomes, foi excepcional e, mesmo se dizendo surpreso com a repercussão e com o número de vendas de cópias de *1808* e *1822*, Gomes declarou também, ao portal G1, atitudes que mantêm em relação ao seu público leitor. Após produzir a obra executando seu papel de jornalista, ele explica que vem um forte trabalho de marketing: “Rodo o Brasil inteiro com a divulgação dos meus livros. Fui a 22 estados, fiz cerca de 350 palestras. É como uma campanha eleitoral, corpo a corpo. Por isso, estou sempre aberto a falar sobre o assunto, mesmo quando é para ouvir críticas”, disse ao ser entrevistado em 2011.

---

<sup>48</sup> Fonte: Pesquisa Relatos da Leitura no Brasil de 2011. Disponível em [www.prolivro.org.br](http://www.prolivro.org.br).

Para Candido, a receptividade do público dará norte ao destino do escritor, mas nem só de carisma e atenção ao público é construído um *best-seller*. O tema também deve ser abrangente e encantar:

[...] a ausência ou presença da reação do público, a sua intensidade e qualidade podem decidir a orientação de uma obra e o destino de um artista.

[...]

O público nunca é um grupo social, sendo sempre uma coleção inorgânica de indivíduos, cujo denominador comum é o interesse por um fato. Um público se configura pela existência e natureza dos meios de comunicação, pela formação de uma opinião literária e a diferenciação de setores mais restritos que tendem à liderança do gosto. (CANDIDO, 2000, p. 76 – 77)

Mas como a História veio então a ser um tema tão desejado e interessante de ser lido? Seria o momento histórico e político em que as obras foram lançadas que fez com que os brasileiros quisessem compreender mais sobre o seu passado? Foi a publicidade destinada a essas? Ou simplesmente o título, a capa ou até as figuras coloridas e em papel lustroso dentro do livro? Para responder essas questões utilizarei mais algumas das palavras de Sader, sobre o que ocorre ao inserirmos temas de nossa formação histórica, social, cultural e política, em um cenário tecido para agradar o público leitor:

Naturalizam ao invés de historicizar, esvaziam de conteúdo histórico os episódios, para transformá-los em banais episódios factuais, protagonizados por personagens de teatro e não por encarnações de relações sociais. Uma operação contra a história como método de desalienação, de compreensão do mundo, em nome da história (SADER, 2014).

Ao buscar compreender mais sobre o seu passado, acredito que alguns leitores buscaram um caminho mais curto e simplório, no qual não haja a necessidade de defrontar-se com as leituras rebuscadas dos livros acadêmicos de História ou de acordar-se daquela História fria disponibilizada nas escolas.

Para as autoras Horellou-Lafarge e Segré, em *Sociologia da Leitura* (2010) a instituição escolar é o lugar onde a leitura é prescrita e necessária para todas as matérias ensinadas, e onde a leitura como forma de lazer é de igual modo incentivado. Mas, para muitos alunos, tudo o que é recomendado no ambiente escolar ganha ares de obrigação, de coerção e acaba entervando o desejo de ler. (p. 83 -84). Sobre 1822, a professora Ph.D. da Universidade da Carolina do Norte – EUA, Mônica Rector conclui: “Uma forma leve e divertida de estudar História sem

sofrimento”. Confesso não saber que dimensão esses livros tomaram dentro do ambiente escolar, mas atrai a ideia de que a História possa ser vista com um olhar que se afaste da leitura a fim de decorar um texto para um exame, mas me assusta a ideia de que ela possa ser aprendida como título de piada e diversão, sem ser questionada. Afinal, a própria historiadora Mary Del Priore – também autora de *best-seller* –, ainda sobre 1822, expõe: “Um livro que se lê com um sorriso nos lábios”. Custa-me sorrir diante de um processo de colonização – que exclui as minorias – de uma terra que ainda clama em buscar um significado de nação.

Para Flávia Eloisa Caimi, na obra *Conversas e Controvérsias* (2001), que discute acerca do ensino de História no Brasil, é necessário que se construa uma nova relação com o conhecimento histórico, superando a noção de verdade única, de saber pronto e acabado, assim como formar pessoas mais críticas e capazes de construir sua autonomia intelectual ao longo de todo o processo de escolarização (p. 141). Verificando que o público leitor que busca conhecer a História do Brasil através da obra de Laurentino Gomes já está à procura de uma leitura mais fácil e sucinta, não creio que esse público refletirá sobre essas histórias de modo a tornar as observações do autor passíveis de crítica, ou de dirimir a noção de que esta não é a única verdade. E talvez também, baseando-se nas críticas positivas da imprensa e dos números por ela divulgados em relação às obras, percebam-nas de forma ainda mais fiel como História oficial.

As maneiras que o ser humano busca para expressar sua História, seus interesses, suas inquietações e seus sentimentos são inúmeras, incluindo a vontade de um grupo de pessoas em narrar a História do local ou do ambiente que considera seu. A História, retratada neste texto com a letra H maiúscula, refere-se à disciplina e a ciência – principalmente realizada por profissionais da área –, e possui um compromisso com as pessoas. Todo fato divulgado por um historiador pode ser questionado e não poderá ser considerado uma verdade absoluta. Existem diferentes formas de se debruçar sobre um documento para a pesquisa, há distintos pontos de vistas e é preciso observar o momento da publicação, o local, o contexto e para quem a obra foi escrita. A pesquisa de História deve ser fundamentada em metodologias na relação entre o historiador e o documento, tal relação está em divergência com o processo de produção bibliográfica de Gomes.

Observo que as obras de Laurentino Gomes necessitam, quando lidas, da mesma cautela que devemos ter no momento de questionar qualquer texto

histórico. Mas, acredito que o jornalista escreve, sim, “história”: um relato, o que é diferente de um estudo, de ações ou de fatos, uma narrativa ou um simples conto, o que é diferente de “História”. A partir de um debate construído na disciplina do doutorado “Seminários de Leituras Orientadas: A leitura da História no texto literário”, configuramos algumas diferenças cruciais entre o texto de História e o texto ficcional.

Tanto o texto histórico quanto o texto literário apresentam uma narração. O texto de História carece de uma explicação: demonstração de fontes utilizadas, notas de rodapé e referência a outros autores, a fim de validar a narrativa do autor sobre o tema. Ainda para o texto histórico, um dos fios condutores é a cronologia, e o tempo e o espaço são fundamentais para a História; além disso, o autor precisa alternar a narração e a descrição dos eventos com a reflexão. Já, no texto literário, haverá um narrador e personagens, as características da narração irão aparecer diluídas na trama; o tempo e o espaço nem sempre serão fundamentais, os personagens, mesmo quando reais, acabam por ser construções do autor e, diferentemente de um texto histórico, não podemos responsabilizar o autor pelo que escreve, pois ele possui liberdade poética.

Percebo no texto de Gomes mais características de uma narrativa literária do que de um texto histórico. Encontro personagens construídos de forma caricata e marcante, pouca preocupação com o espaço e o tempo da/na narrativa e uma precária reflexão a cada evento narrado, tornando o texto por demais descritivo. Portanto, mesmo que o autor não diga que procurou fazer História, nas introduções das obras é reforçado seu viés jornalístico, e parte de seu público e até alguns profissionais do meio intelectual apontam os livros como um meio de aprender História.

As obras literárias não justificam os discursos históricos, mas apontam possibilidades e devem ser analisadas como leitura social a partir das ressalvas de seu enredo e do contexto nos quais foram publicadas. Desse modo, pode-se entender que a leitura de um texto literário pode reconduzir às tensões sociais, aos aspectos econômicos e às relações de poder, mas reconduz também aos discursos produzidos por uma cultura, e podem se tornar valiosos registros para um historiador. Com essa observação, demonstro que minha principal preocupação não é desvalidar o documento de Laurentino Gomes.

Assim, ainda sobre os historiadores, percebo que Gomes promove um ataque a esses profissionais ao dedicar a obra *1822*: “Para todos os professores de história do Brasil, no seu trabalho anônimo de explicar as raízes de um país sem memória.” (2010). Creditar que o Brasil e seus habitantes não possuem memória é mais um discurso recorrente nos dias de hoje para justificar problemas de âmbito político, econômico e social. O ensino da disciplina de História preza não apenas por transmitir fatos passados, mas também por criar uma consciência crítica sobre eles e sobre o meio em que vivemos. A dedicatória de Gomes foi publicada no ano de 2010, e sabe-se que já faz algum tempo que o ensino de História luta para não apenas ser um relator dos fatos e, sim, para exercitar a criatividade, o senso crítico e o discernimento, como podemos ver na obra de Caimi (2001), que trata sobre o tema no Brasil desde os anos 1980.

Se Laurentino Gomes acertou todos os ingredientes em sua fórmula para tornar a História acessível a todos, criando, assim, *best-sellers*, não quer dizer que tenha acertado a fórmula para fazer e publicar História. As histórias de Gomes, junto a todo o plano de *marketing* por ele realizado, levaram a sua primeira publicação como escritor a se tornar recordista de vendas por mais de dois anos no Brasil e em Portugal. Essa constatação é importante para minha análise, pois diz respeito ao poder que o livro pode ter sobre o seu leitor.

Roger Chartier (2001) foi questionado por Daniel Goldin sobre o poder do livro e a ideia, às vezes ingênua, de que a difusão de conceitos possa gerar uma transformação no leitor controlada pelo autor. Chartier afirma que uma obra pode cativar, capturar seu leitor, atá-lo e vinculá-lo à sua escrita e que isso pode gerar alienação. O historiador ainda complementa:

As pessoas que leem têm um poder maior sobre as coisas que as outras; mas ao mesmo tempo a leitura é sempre vista em seu excesso como um perigo para a mente, para o indivíduo, para a saúde, pois foi comum explicar a loucura pelo excesso de leitura. [...] Quando se lê novela, mas também fora dela, há emoção e sensibilidade: as pessoas choram, se comovem, e isto define um paradigma geral da leitura (CHARTIER, 2001, p. 113 – 114).

O poder do livro é debatido por Roger Chartier, que demonstra, que assim como outros elementos, todo excesso virá a ser perigoso, inclusive o excesso de leitura ou a adoração por uma obra. Obras impactantes podem causar esse movimento, elas são tão atrativas para alguns leitores, que passam a ser

configuradas como a única aceitação. Venho trazer então outro depoimento acerca da obra *1808*, presente na orelha do livro, dessa vez de uma estudante chamada Patrícia Morini: “Depois de ler este livro, finalmente consegui entender o Brasil”. Não me restam dúvidas de que essa é uma constatação muito forte diante de todos os bons livros de História do Brasil já publicados e do esforço dos professores da disciplina.

Concluindo esse breve ensaio, posiciono-me em acordo com o historiador Rodrigo Bragio Bonaldo, que, em 2010, ao redigir um artigo sobre o livro *1808*, logo no título do texto aponta que a obra de Gomes é carregada de sátiras e ironias. Bonaldo observa que esse estilo historiográfico, nesse caso embasado pelo jornalismo e acredito que também pelo *marketing*, é:

[...] baseado em um enredo satírico, com implicações duramente liberais, vazado no modo irônico e impugnado a todo o momento por uma argumentação contextualista, metacontextualista e presentista. [E desejamos que] essa prática não seja o produto acabado de uma prática profissional ao mesmo tempo muito parecida e muito distinta do historiador (BONALDO, 2009, p. 215).

Por esse viés, percebemos que Gomes escreveu sua trilogia utilizando fatos do passado com o objetivo de agradar o público do presente, agindo muito mais como um jornalista no centro da aceleração de todos os acontecimentos atuais. Para o historiador Bonaldo, Laurentino “presentificou” o passado. Foram redigidas obras com a ausência da metodologia que a História exige; ou seja, livros de história (com letra minúscula) foram vendidos para suprir a busca da compreensão do nosso passado, assim como a busca do povo pelo conhecimento que lhe fora privado, e, sobretudo, pelo conhecimento em História (com letra maiúscula). Esses livros possuem uma leitura de fácil acesso, um título conquistador, uma capa convidativa, um autor simpático e estão catalogados como não ficção, o que faz com que seu público o receba como a autêntica História, entretanto impassível de crítica e de questionamentos. As correntes historiográficas (Micro História, Nova História Cultural, História das Mentalidades, entre outras) e áreas das ciências humanas como Antropologia, Etnografia, Literatura e Arte, podem formar um bom relacionamento para reconduzir os fatos do nosso passado.

Nunca haverá uma definição calcificada do que foi e o que foi História e como deve ser um livro de História, no próprio ofício do pesquisador de História, as

mudanças ocorrem com o avanço da historiografia e as formas de olhar um documento. Mas podemos afirmar que a sua construção deve possuir historicidade e é elaborada de forma complexa, além de estar alocada em um recorte temporal, ser redigida com critérios e metodologia de modo também a suprir as demandas da sociedade, o que vai muito além de uma fácil e atrativa leitura direcionada ao público com um chamamento quase que mitológico.

Segundo Emir Sader (2014), o cenário dessas obras desmoraliza ao invés de reivindicar a História, vulgariza ao invés de aprofundá-la e, principalmente, alimenta o de alguns historiadores: Servem para vender livros e a ilusão de que os incautos que os compram e os leem estão se ilustrando e adentrando na história do país. Ou seja, vendem quimeras disfarçadas da História do Brasil, um país que necessita, muito mais que isso, uma cautelosa apreciação para que se compreenda, em partes, sua trajetória desde a colonização até os dias de hoje.

## REFERENCIAS

BONALDO, Rodrigo Bragio. Sátira, liberalismo e ironia em 1808..., de Laurentino Gomes: uma contribuição à crítica das mitologias do presentismo. In: **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, RS, v.8, n.15, p., jan. 2009. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/735/539>. Acesso: 07/01/2014.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 8ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

CAIMI, Flávia Eloisa. **Conversas e controvérsias: o ensino da história no Brasil (1980 – 1998)**. Passo Fundo: UPF, 2001.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

FISCHER, Ernst. A função da arte. In: VELHO, Gilberto (Org.). **Sociologia da arte**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1996.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GOMES, Laurentino: **1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GOMES, Laurentino: **1889: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil**. São Paulo: Globo, 2013.

HORELLOU-LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique. **Sociologia da leitura**. Tradução: Mauro Gama. Cotia: Ateliê Editorial, 2010.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PEDRO, Antônio. **História da civilização ocidental: geral e Brasil**. São Paulo: FTD, 1997.

SADER, Emir. **A banalização da história**. Disponível em: <http://www.aldeiagaulesa.net/2014/01/emir-sader-banalizacao-da-historia.html#.Uugu3bRTvIV>. Acesso: 26/01/2014.